

PENÉLOPE

FAZER E DESFAZER A HISTÓRIA

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL — Nº 8 • 1992

DIRECTOR
A. M. HESPAHNA

REDACÇÃO

Ávaro Ferreira da Silva (FE-UNL); Amélia Aguiar Andrade (FCSH-UNL); António Costa Pinto (CEHCP-ISCITE); António M. Hespanha (ICS); Bernardo Vasconcelos e Sousa (FCSH-UNL); Carlos Fabião (FLL); Fernando Rosas (FCSH-UNL); Helder A. Fonseca (UE); José Manuel Sobral (ICS); Luís Krus (FCSH-UNL); Luís Ramalhosa Guerreiro; Mafalda Soares da Cunha (UE); Maria Alexandre Lousada (FLL); Nuno Gonçalo Monteiro (ICS); Nuno Severiano Teixeira (UE/UCP); Rui Ramos (ICS); Valentim Alexandre (ICS); Vítor Serrão (FLUC); Secretário da Redacção: João Carlos Cardoso

Propriedade do título: Cooperativa Penélope. Fazer e Desfazer a História
Subsídios à Redacção da J.N.I.C.T. e S.E.C.

Os originais recebidos, mesmo quando solicitados, não serão devolvidos.

Na capa: Estatueta do rei D. Afonso Henriques pertencente ao Museu Arqueológico do Carmo. Cortesia da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Foto de Vitor Branco/Campiso Rocha)

© EDIÇÕES COSMOS
e Cooperativa Penélope

Reservados todos os direitos
de acordo com a legislação em vigor

Capa
Fotolitos: Joerna - Artes Gráficas, Lda
Impressão: Litografia Amorim

Impressão e acabamentos: EDIÇÕES COSMOS

1ª edição: Outubro de 1992
Depósito Legal: 49152/91
ISSN: 0871-7486

Difusão

LIVRARIA ARCO-ÍRIS

Av. Júlio Dinis, 6-A Lojas 23 e 30 — P 1000 Lisboa
Telefones: 795 51 40 (6 linhas)
Fax: (1) 796 97 13 • Telex 62393 VERSUS-P

Distribuição

EDIÇÕES COSMOS

Rua da Emenda, 111-1ª — 1200 Lisboa
Telefones: 342 20 50 • 346 82 01
Fax: (1) 796 97 13

Viriato: Genealogia de um Mito

Amílcar Guerra e Carlos Fabião¹

Fac. de Letras de Lisboa, investigadores da UNIARQ (CAH)

Deixo, Deuses, atrás a fama antiga,
Que co a gente de Rómulo alcançaram,
Quando com Viriato, na inimiga
Guerra Romana, tanto se afamaram (...)

Os Lusíadas, Canto I, 26

0. Prólogo

Viriato, o nobre e austero caudilho lusitano, herói da guerra de resistência à invasão romana, invencível no terreno, mas vencido pela traição, povoa o imaginário de muitas gerações de portugueses, que vêem nele uma espécie de distante bisavô de uma pátria multissecular. É certo que, hoje, os manuais escolares, mais voltados para a transmissão de visões estruturais do que para a celebração da liturgia dos heróis, lhe concedem cada vez menos espaço e atenção; mas, em diferentes manifestações artísticas, do cinema de Oliveira ao teatro de O Bando, qual fénix, o rude pastor renasce, consta mesmo que nos surgirá, brevemente, em série televisiva.

Este renascimento nada tem de estranho, sendo mesmo compreensível por diferentes motivos. Em primeiro lugar, por razões de ordem geracional, se a presença do chefe lusitano se esbateu nos modernos manuais está naturalmente bem viva no imaginário dos actuais produtores culturais, formados em outras épocas e com outras cartilhas. Por outro, deverá pesar neste renascimento aquilo a que poderemos chamar o «efeito Astérix» — se a fórmula «gaulesa» resultou em sucesso mediático, porque não havemos de aproveitar os nossos «irredutíveis lusitanos» que, ainda por cima, possuem a legitimadora «caução histórica»? Finalmente, em tempos de retorno dos nacionalismos, por muitas e variadas razões políticas, é sempre popular o herói que defende o seu espaço (?) das pretensões expansionistas dos impérios. Aliás, como procuraremos demonstrar, o caudilho lusitano foi periodicamente chamado à ribalta da história pátria, sempre que se pretendeu robustecer o sentimento nacionalista.

Contudo, se é fácil entender o «renascimento» de Viriato, mais difícil resulta explicar o seu progressivo «apagamento» recente, datável dos finais da década de 60, aparentemente ditado por uma convergência de factores que tornaram incómoda e de difícil gestão a sua memória; e, sobretudo, importa também promover a revisão de todo o processo que levou à constituição do mito e, por inércia dos investigadores, à sua sobrevivência. Este último propósito, declaradamente «iconoclasta», não tem, obviamente, a veleidade de substituir a mitologia viriatina pela leitura histórica dos acontecimentos ocorridos na Hispânia nos meados do século II a.C., o mais rigorosa e fundamentada que, de momento, é possível, visto que um mito, afinal, existe enquanto os seus cultores desejarem que ele exista.

1. A Lusitânia, província romana

De facto, quando se aceita como dado adquirido que Viriato era um lusitano natural de uma região próxima da serra da Estrela, é, sem dúvida porque não se conhece a complexidade deste problema. As fontes literárias gregas e latinas, sem serem explícitas a respeito desta questão, não servem, seguramente, de fundamento a uma tal teoria. Foi certamente uma tendência para a simplificação que levou alguns autores — não apenas portugueses — a aceitarem determinadas visões da geografia e etnologia antigas, influenciadas por divisões geográficas mais tardias, por vezes mesmo demasiado actuais. É compreensível que se utilize, como figura de retórica, o adjectivo «lusitano» para designar os portugueses, embora já se aceite com maior dificuldade, mesmo com idênticos propósitos, que Lusitânia se tome como sinónimo de Portugal. Não se trata apenas de confundir duas realidades cronologicamente afastadas por muitos séculos, mas também de identificar territórios que, no seu âmbito geográfico, são bem distintos.

Convém esclarecer que a Lusitânia só adquire uma existência definida territorialmente com o lançamento da organização administrativa romana, após a constituição de uma província com esse nome. Aceita-se geralmente que essa realidade foi criada oficialmente em 27 a.C., por Augusto, embora, do ponto de vista prático, já pudesse ser operante em épocas anteriores. Nesse ano a *Provincia Ulterior* foi dividida em *Baetica* e *Lusitania*, cabendo a esta última toda a região ocidental que se estendia *grosso modo* do rio Anas ao extremo norte da Península².

² Duma forma geral os autores clássicos tomam o *Anas* como fronteira entre a Lusitânia e a Bética, embora saibamos que, realmente, alguns territórios da margem esquerda deste rio estavam integrados na Lusitânia. Esta questão, contudo, no que toca aos seus aspectos concretos, é ainda hoje muito discutida entre os estudiosos. V., p. ex., J. FRANCISCO MARTIN, *Cuestiones en torno al limite occidental de la Betica*, in *Actas del I Congreso de Historia de Andalucía. Fuentes y metodología. Andalucía en la antigüedad*, Cordova, 1978, pp. 179-185 e L. GARCÍA IGLESIAS, *El Guadiana y los limites comunes de Betica y Lusitania*, in *Hispania Antiqua*, 2, 1972, pp. 165-177.

Estrabão, uma das fontes essenciais para esta fase posterior à primeira subdivisão provincial, não visitou a Península Ibérica, mas com base nos dados de autores bem informados (Políbio, Posidónio, Artemidoro, entre outros) define deste modo o território lusitano: «A norte do Tejo estende-se a Lusitânia (...). Delimitam esta região do lado sul o Tejo, do lado oeste e norte o oceano (Atlântico), a este as terras dos carpetanos, vetões, vaceus e os galaicos, para apenas citar os mais conhecidos. Os restantes povos não são dignos de menção pela sua reduzida dimensão e importância, embora, contrariamente ao que afirmámos, alguns autores modernos chamem também a estes lusitanos» (3,3,3).

Esta definição do âmbito territorial lusitano torna-se equívoca quanto à relação entre este povo e os galaicos: estes são lusitanos ou habitam apenas um território contíguo? A questão não é claramente resolvida pelo geógrafo, que complexifica ainda mais o problema com a seguinte notícia: «(Os galaicos), por terem sido difíceis de vencer, deram o seu nome ao vencedor dos lusitanos (Décimo Júnio Bruto, o Galaico) e hoje muitos lusitanos se chamam galaicos» (3,3,2).

Verifica-se, realmente, que a separação entre uns e outros acaba por se formalizar com uma nova reorganização administrativa levada a cabo, poucos anos mais tarde, pelo mesmo Augusto, em 14 a.C., a acreditar na informação de Díon Cássio (44,25,1). Com ela o território a norte do Douro passa para a esfera da *Citerior* (ou *Tarraconense*), sendo retirado do âmbito da Lusitânia. As afinidades entre os habitantes do Noroeste e os lusitanos são, no relato estraboniano, evidentes, afirmação que a investigação recente poderia em parte subscrever, pelo menos em relação a alguns aspectos de natureza linguística.

Mas, mesmo após a redução das fronteiras da Lusitânia em 14 a.C., a província romana e o território ocupado pela etnia que lhe dá o nome não coincidem. Nessa circunscrição administrativa se incluem pelo menos duas entidades étnicas afins, mas individualizadas pelas fontes: os vetões e os célticos. Em relação aos primeiros, alguns documentos epigráficos³ atestam, a partir do séc. III d.C., demonstrando a permanência da diferenciação étnico-geográfica, uma designação oficial de *Lusitania et Vetonia* (CIL II 484, 1178, 1267, CIL VI, 31856), que corresponderia mais rigorosamente à realidade étnica que a província abrangia; quanto aos célticos, muitos autores atestam a sua presença no Sudoeste peninsular, embora, também neste caso, o que os distinguia dos lusitanos da margem esquerda do Tejo não seja claro.

Torna-se, pois, evidente que a província da Lusitânia em nenhum momento correspondeu ao território que hoje é português, nem abarcou apenas a região habitada pelo povo que lhe dava o nome.

³ H. DESSAU, *Inscriptiones Latinae Selectae*, 3ª ed., Berlin, 1962, n. 1372.

2. A Terra dos Lusitanos

Antes da divisão administrativa operada pelos romanos, o conceito de Lusitânia é muito mais impreciso, uma vez que se definiria em relação a um povo — os lusitanos — e não a uma circunscrição territorial bem delimitada. Conhecida a complexidade étnica da Península Ibérica na época pré-romana, tornava-se difícil, para os autores clássicos, delimitar com precisão cada entidade e fazer-lhe corresponder uma área determinada. Em muitos casos parece notória a falta de rigor das observações de natureza geo-etnológica⁴. Esta dificuldade é particularmente sentida no caso dos lusitanos que acompanham Viriato. Lutando, segundo as fontes, pelo domínio de uma região mais rica que a sua, procuram estabelecer um domínio nos territórios do Sul, constituindo aquilo que L. Perez Vilatela designa por «proto-Estado (...) itinerante, como los de Gengis Jan o Atila» que tenta, em vão, fixar-se numa região⁵. O que buscam, acentue-se, são sobretudo terras de cultivo, mais do que de pastoreio, apesar de nos ter sido transmitida a ideia de que Viriato era um pastor das montanhas. Deve dizer-se que esta imagem se funda em alguns passos das fontes clássicas, as primeiras responsáveis por um mito que, em muitos casos, é passível de reinterpretacões mais ou menos fundamentadas. Será a situação de pastor sinónimo precisamente da falta de ligação a um território fixo?

A dificuldade em caracterizar os lusitanos reside igualmente na falta de unidade desta etnia. Espalhados por um território bastante vasto, apresentavam certamente uma diversidade que não admite ao investigador qualquer cedência perante generalizações abusivas. Por outro lado, tanto as informações literárias como a epigrafia não contribuem para o conhecimento da organização social dos lusitanos em época pré-romana. Os únicos dados disponíveis dizem respeito a divisões que se introduzem com a administração romana. Plínio-o-Velho, autor do séc. I d.C. que utiliza para esta questão fundamentalmente dados do tempo de Augusto, fala-nos de uma organização territorial assente em *oppida* (aparentemente centros com funções urbanas) e *populi*, termo que parece corresponder ao conjunto dos habitantes de um determinado território. De entre estes, nenhum recebeu o nome de lusitano⁶, uma vez que esta designação se aplica a uma entidade étnica mais ampla e imprecisa,

⁴ Tal é, por exemplo, o caso, para além das contradições das notícias estrabonianas, de Artemidoro, que, muito antes da existência da província, estende a Lusitânia até ao cabo de S. Vicente.

⁵ L. PEREZ VILATELA, *Notas sobre la jefatura de Viriato en relación con la Ulterior*, in «Archivo de Prehistoria Levantina», 19, 1989, pp. 191-204, concretamente as pp. 202-203. Já L. A. García Moreno prefere ver na rebelião de Viriato um impulso típico das gentes de fronteira, caracterizadas pela indefinição étnica e pela grande mobilidade geográfica (*Hispaniae Tumultus. Rebelión y violencia indígena en la España romana de época republicana*, «Polis», 1, 1988, pp. 81-107).

⁶ Não nos parece provável a hipótese que J. ALARCÃO (*Os Montes Herminios e os Lusitanos*, in «Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro», 2º vol, Lisboa, 1988, pp. 46-47) aventou de que haveria uma unidade étnica restrita com o nome de *lusitani*, que teria recebido

para a qual Plínio usa a palavra *gens*, unidade que resulta, de acordo com Meyer⁷, da comunidade de território, costumes e língua. Nesta perspectiva, uma *gens* abrangia diversos *populi*. Os nomes de alguns destes *populi*, presumimos que a maioria, é conhecido através das fontes e poderá mesmo conjecturar-se a respeito do seu território. Mas mais problemático é definir quais são lusitanos ou quais o não são.

Nos textos acima citados, Estrabão esquece uma parte dos lusitanos, que vivia a sul do Tejo, de grande importância particularmente para o caso que aqui nos ocupa. Mas, noutro passo, refere que há algumas tribos também na margem esquerda do Tejo, «porque para lá foram deslocados pelos romanos (3,1,6)». Esclarece que na região que vai até ao *Anas* vivem também os célticos. Estas últimas referências encontram um paralelo em Ptolemeu (2,5,6), numa original obra de natureza geográfica em que a posição das diversas entidades é definida por duas coordenadas. Nela se identifica uma região dos lusitanos do sul do Tejo em que situa a cidade de *Ebora*. Ao lado destes coloca os célticos, a quem atribui uma série de cidades onde predomina o sufixo *-briga* (*Mirobriga*, *Caetobriga*, *Lacobriga*, *Arcobriga*, *Meribriga*), elemento que se tem associado a alguns povos peninsulares com esta filiação étnica e linguística.

A distinção entre ambos, lusitanos e célticos, não resulta clara em muitas fontes, sendo raras aquelas que fornecem elementos que de alguma forma permitam definir as relações entre eles. O texto de Plínio, por exemplo, tomado como um fundamento para os que procuram aproximar os dois povos, faz-se eco de uma tradição que afirmava serem estes célticos do Sul «descendentes dos celtibéricos e vieram da Lusitânia» (3,13).

Por seu lado, Artemidoro (que escreve poucos anos após a morte de Viriato, antes da constituição da província romana) alarga o adjectivo «lusitano» até ao cabo de S. Vicente, englobando, portanto, dentro desse âmbito, uma área onde geralmente se colocam estes célticos⁸.

Para a questão do prolongamento da área de influência lusitana para a margem esquerda do Tejo é interessante analisar alguns dados que parecem significativos, embora datem já do período romano, não se podendo, por isso, distinguir se documentam uma realidade indígena ou se reflectem um efeito da romanização. Em primeiro lugar é notório que a onomástica pessoal, conservada pela epigrafia, da região no Nordeste alentejano, até aproximadamente ao paralelo de Évora, regista

mais tarde o nome de *Interamnienses*. Passar-se-ia com estes o mesmo que com os *Calaeci*: sob este nome se apresenta em sentido restrito uma unidade étnica que habitaria um território costeiro imediatamente a norte da foz do Douro que se estendia até aos confins dos *Bracari*; mas, genericamente, a mesma designação aplica-se a todos os habitantes do Noroeste peninsular.

⁷ *Thesaurus Linguae Latinae*, vol. VI, pars altera, Berlin, Teubner, col. 1848.

⁸ A informação deste autor, no entanto, está condicionada pela facto de ele não conhecer o Ocidente peninsular e ser notória, nas fontes que o precedem, uma grande confusão entre os promontórios *Sacrum* e *Magnum*.

uma abundância de nomes que se podem encontrar igualmente na região confinante, da outra margem do rio⁹. Essa zona parece representar, neste domínio particular, uma continuidade do mundo a norte do Tejo, não apenas por território actualmente português, mas também pelas regiões confinantes do país vizinho. Por outro lado, as três inscrições conhecidas, lavradas numa língua a que se vem chamando «lusitana», estendem-se também às duas margens do rio (v. *infra*).

3. A Lusitânia de Viriato e dos Seus Companheiros

Se, no entanto, nos transportarmos para um período que se situa em torno a meados do séc. II a.C., altura em que Viriato se encontra à frente de lusitanos (por vezes associados a gentes de outra filiação étnica) e procurarmos uma leitura das fontes para os acontecimentos de então, algumas dificuldades se nos deparam. Neste período de intensas movimentações, com frequência descritas com grande pormenor — um conjunto significativo de textos relativos a estes acontecimentos chegaram até nós — uma entidade vaga aparece frequentemente como local de refúgio de Viriato. Trata-se das «montanhas» que a generalidade dos autores identifica com o Monte Hermínio — *Mons Herminius* (a forma plural «Montes Hermínios» que se generalizou na tradição portuguesa moderna, não corresponde ao original latino, porque nos textos o nome é sempre singular). Embora se tenha aceiteado que estas montanhas corresponderiam à actual serra da Estrela, o certo é que nenhum autor antigo fornece uma base sólida para sustentar esta hipótese. Não há, para além disso, nenhuma referência que permita associar Viriato e aquele acidente geográfico. Pelo contrário, tudo faz crer que a sua origem e acção militar se devem ligar a uma região muito mais meridional.

No caso concreto de Viriato, toda a informação de carácter biográfico que ultrapasse o mero enunciado factual dos avanços e recuos da guerra parece ter sido baseada no texto de Possidónio, um autor sírio do séc. II a.C., principal representante da escola estóica no seu tempo¹⁰. Este autor, particularmente interessado no enaltecimento da rectidão moral dos «bárbaros» pouco evoluídos, que contrapunha à «corrupção e decadência» das populações «civilizadas» da sua terra natal, parece ter construído a biografia de chefe lusitano mais em função das suas perspectivas filosóficas do que de um eventual rigor histórico das suas desconhecidas fontes.

⁹ É a conclusão a que leva um levantamento exaustivo com base num *corpus* actualizado, J. DE ENCARNÇÃO, *Inscrições romanas do conuentus pacensis*, Coimbra, Instituto de Arqueologia da F.L.U.C., 1984.

¹⁰ V. D. ROUSSEL, *Les historiens grecs*, Paris, P.U.F., 1973, particularmente as pp. 175-6. Assunto retomado e aprofundado por L. GARCÍA MORENO, *Infancia, juventude y primeras aventuras de Viriato, caudillo lusitano*, in *Actas del I Congreso Peninsular de Historia Antigua (Santiago de Compostela, 1986)*, vol. II, Santiago de Compostela, 1987, pp. 373-382.

Possidónio traçou, em primeiro lugar, o seu perfil físico e ético, a começar pela juventude, apresentando-o como modelo de sobriedade, de resistência, de equidade¹¹. Narra depois um episódio que terá sido decisivo para a sua vida futura: Galba, com a promessa de melhores terras, engana os lusitanos, acabando por matar à traição um grande grupo. Informa-nos Orósio (4,21,10) que estes eram originários do Sul do Tejo (*citra Tagum*, «do lado de cá do Tejo», na perspectiva de um romano que se colocava sempre em Roma ou no território que ela dominava). Viriato estava precisamente entre os poucos que escaparam a esse massacre — teria, portanto, também ele, a mesma origem. Diodoro (33,1), por outro lado, informa-nos, ao tratar da sua origem de uma forma bastante vaga, que tinha nascido junto ao oceano (Atlântico). Ainda que não se possa retirar a este passo uma interpretação literal, devemos ter em conta que, noutros casos, idêntica expressão equivale apenas a «ocidente peninsular», não se verificando necessariamente a sua estrita aplicação a locais situados no litoral¹².

Outro dado interessante ressalta da análise da cerimónia do seu casamento com a filha de um rico proprietário (Diod. 33,7). Neste caso concreto interessa reter que entre os convidados estavam romanos, uma vez que Astolpas, o sogro de Viriato, se apresenta como um sustentáculo da causa de Roma, facto que com alguma dureza lhe censura. O sogro, tudo contribui para acentuar essa ideia, deveria ser originário da região turdetana, área onde os romanos receberam fortes apoios e mantinham uma influência assinalável na época. A origem de Astolpas evidencia-se não apenas na familiaridade com os romanos como ainda na dimensão dos seus bens — terras e gado, as principais riquezas dessa região — e no seu nome, integrado num grupo de antropónimos em -as que se tem geralmente definido com típico da Turdetânia antiga.

Se bem que esta procedência de além-Tejo venha contradizer a opinião corrente, ela pode actualmente ser corroborada com uma série de argumentos de peso. Quase todos eles assentam nos relatos circunstanciados das fontes clássicas e partem da análise do âmbito geográfico em que se desenvolve o conflito entre lusitanos e romanos. Mesmo numa análise sumária resulta claro que o teatro das operações desenvolvidas por Viriato e os seus companheiros se situa para além do Tejo, em regiões muito afastadas desse âmbito geográfico — por exemplo a Turdetânia e eventualmente a Carpetânia. A deslocação das operações militares para esta última região, sustentada por Schulten e Gundel e até há pouco incontestada, tem sido posta recentemente em causa com argumentos de peso, principalmente através da identi-

¹¹ Terá sido, segundo H. G. GUNDEL, (*Viriato — lusitano, caudillo en las guerras contra los romanos*, in «Caesaraugusta», 31-32, 1968, pp. 175-198, concretamente na p. 177) o estoicismo de Posidónio o principal responsável por esta imagem «estereotipada» do herói lusitano.

¹² Cfr. p. ex. idêntica referência pliniana (19,10), aplicada a uma *ciuitas* — a dos *Zelas* — cuja sede se localiza nas imediações de Bragança.

ificação concreta de algumas localidades referidas nas fontes. Um novo enquadramento dos dados permitiria concentrar essencialmente na Turdetânia (curso médio e baixo do Guadalquivir) as «Guerras Lusitanas».

Pelo exposto se pode ver que a relação entre Viriato, os seus companheiros e o *Mons Herminius* é inexistente. A tradição literária que a estabelece parece resultar de um processo de «contaminação». Díon Cássio (37,52-53) refere um confronto entre César e os lusitanos do Hermínio nos anos de 61-60 a.C., isto é, quase um século depois da morte de Viriato e, provavelmente, no momento em que começa a concretizar-se a ocupação romana das serranias beirãs do actual território português. Ainda, recentemente, J. Alarcão¹³ aventou a hipótese de esta designação não ser exclusiva da Serra da Estrela, mas antes dos diversos acidentes geográficos do centro do actual território português.

4. A Origem dos Lusitanos

A literatura clássica constitui um repositório importante de informações a respeito dos lusitanos, particularmente no seu conflito com Roma (Diodoro, Apiano, Tito Lívio). No entanto, em pouco contribuem para o esclarecimento de uma questão que é essencial: qual a origem dos lusitanos?

A falta de referências literárias pode com frequência superar-se pelo recurso à investigação arqueológica. Porém, neste caso concreto, os trabalhos voltados para a compreensão das ocupações eventualmente atribuíveis aos lusitanos podem considerar-se inexistentes¹⁴. Por esta razão assumem tanta importância os escassos elementos que a epigrafia proporciona¹⁵. A partir de três inscrições de reduzida extensão, António Tovar caracterizou pela primeira vez esses documentos como lusitanos, identificando alguns dos seus traços. Embora essa «descoberta» tenha sido apresentada ao mundo científico há cerca de 35 anos, continua a ser conhecida apenas de um número muito limitado de especialistas. A investigação posterior não deu passos significativos neste domínio, essencialmente pela escassez dos dados, podendo sintetizar-se brevemente o estado actual dos conhecimentos em poucos pontos:

1. O lusitano é uma língua que pertence à grande família das línguas indo-europeias.
2. A característica mais saliente é, no contexto das línguas peninsulares, a sua antiguidade, uma vez que evidencia alguns traços reveladores de arcaísmo.

¹³ *Ob. cit.* nota 5, p. 42.

¹⁴ Cfr. A. C. FERREIRA DA SILVA, *A Idade do Ferro em Portugal*, in J. ALARCÃO, *Portugal das Origens à Romanização*, Lisboa, Presença, 1990, pp. 288 e 312 e ss..

¹⁵ Até ao momento identificaram-se três inscrições em língua lusitana: a de Cabeço das Fráguas (Pousafoles, Sagugal), a de Lamas de Moledo (Castro Daire) e de Arroyo del Puero ou de La Esperanza (Cáceres), esta última em território hoje espanhol a sul do Tejo.

3. O paralelismo mais próximo encontra-se nas línguas célticas, de que seria um vestígio antigo, pelo que se considera pertencente ao mesmo grupo. Esta filiação nas línguas célticas não é compartilhada por A. Tovar, desde os primeiros trabalhos defensor da sua autonomia em relação a grupos já existentes.

É com base na antiguidade da língua lusitana que se costuma aceitar a antiguidade da presença desse povo no ocidente peninsular. Seria eventualmente contemporânea das primeiras movimentações indo-europeias, cuja cronologia, muito discutida, foi recentemente associada à difusão da agricultura. Os dados que possuímos não permitem, para já, tomar uma posição minimamente fundada e não se espera que a questão se possa resolver satisfatoriamente nos tempos mais próximos.

Alguns autores, tomando como muito provável uma presença de lusitanos já no Bronze Final, pretenderam que na *Ora Maritima* de Avieno (obra latina elaborada com base em elementos de um périplo massaliota do séc. VI a.C.) se poderia ler a palavra *lucis* (197), termo que estaria por *lusis*, isto é, «lusitanos». Seria, a aceitarmos esta leitura — a nosso ver pouco provável —, a primeira referência a este povo do Ocidente hispânico.

Mas, infelizmente, as fontes que referem especificamente os lusitanos são todas de um período muito próximo da presença romana, pelo que não contribuem para a resolução do problema. Resta esperar, principalmente, pelos contributos da arqueologia. Sob este aspecto, os arqueólogos pouco têm feito por uma questão que, mesmo despida de roupagens nacionalistas, se reveste de extraordinária importância para o conhecimento das populações que nos precederam no Ocidente da península.

Uma coisa parece certa: tal como modernamente a investigação em História Antiga vem defendendo a localização do teatro das operações das Guerras Lusitanas, as regiões meridionais da Península Ibérica e as frequentes situações de apoio que as cidades locais manifestam a Viriato, sugerem que o chefe lusitano não seria propriamente estranho àquela região, tal como o não seriam a maior parte dos seus seguidores — recorde-se, a título de exemplo, que os seus três assassinos e homens de confiança eram originários de *Urso*, importante cidade da Turdetânia (Apiano, *Ib.* 33,21).

5. Que Memória para Viriato e para os Lusitanos?

A identificação dos lusitanos com os portugueses e, por consequência, a visão do terrinho lusitano como uma prefiguração de Portugal começa a delinear-se claramente com os humanistas portugueses, embora seja admissível que tal identificação tivesse frequentemente intuítos meramente retóricos ou estilísticos. É verdadeiramente quando a independência nacional periga e os sentimentos patrióticos se impõem como imperativo de cidadania que os vetustos «antepassados» são invocados. Não espanta, por isso, que o primeiro extenso texto de exaltação dos lusitanos e do seu chefe tenha sido composto, sob a forma de poema épico, por Braz Garcia de Mascarenhas, voluntário defensor da restauração da monarquia portuguesa ao

serviço de D. João IV, governador da praça-forte de Alfaiates, Guarda¹⁶. No poema é reclamada a nacionalidade portuguesa e a naturalidade nos «Montes Hermínios», identificados com a serra da Estrela, para o chefe lusitano¹⁷. Particularmente sugestivo é o Canto XV, no qual Viriato em sonhos «vê» a História de Portugal desde o domínio romano à Restauração. Note-se que já no Canto I uma ninfa lhe tinha narrado, em traços largos, a primeira parte desta história, desde a fundação por Tubal até à sua época, para lhe demonstrar a necessidade de resistir ao invasor romano.

No entanto, logo nos primórdios da historiografia portuguesa de carácter científico, Herculano estabeleceu de modo claro e definitivo a questão, negando qualquer relação de continuidade entre os lusitanos e os portugueses¹⁸. O discurso da historiografia portuguesa das últimas décadas do século XIX e dos princípios do XX manteria, aliás, essa perspectiva, igualmente transmitida pelos manuais e programas escolares¹⁹.

¹⁶ BRAZ GARCIA DE MASCARENHAS, *Viriato Tragico em Poema Heroico, obra postuma oferecida ao Príncipe D. João por Bento Madeyra de Castro*, Coimbra, Officina de Antonio Simoes, 1699. A obra conheceria uma nova edição em dois volumes, Lisboa, 1846, mas só terá sido mais divulgada com a adaptação de João de Barros, *Viriato Tragico, Adaptação em prosa do poema de Braz Garcia de Mascarenhas (século XVII) por João de Barros*, 2ª ed., Lisboa, s/d [1952].

¹⁷ «(...) Não lhe negue a nação, porque merece/ Ser collocado em seu eterno archivo/ Todo foi portuguez no esforço e manha./ Sem ter mistura de nação estranha./», MASCARENHAS, *ob.cit.* Canto I, 14; e «Nasceu naquella serra, que chamada/ Herminia foi, hoje se chama Estrella, (...)», *Id.*, Canto I, 15.

¹⁸ A. HERCULANO, *História de Portugal desde o começo da Monarchia até ao fim do reinado de Affonso III*, 3ª ed., Tomo 1, Lisboa, Viuva Bertrand e Filhos, 1868, *Introdução*, particularmente as pp. 6-16, 30-32 e, sobretudo, 46-48.

¹⁹ Cite-se, apenas a título de exemplo, as obras de: JOSÉ MARIA DA GRAÇA AFFREIXO, *Compendio de Historia de Portugal*, Coimbra, Casa Minerva, 1882, onde se refere a resistência lusitana como um fenómeno hispânico, no capítulo dos «Conhecimentos Prévios», pp. 10-14; a de M. PINHEIRO CHAGAS, *Resumo da Historia de Portugal para uso dos estabelecimentos de instrução secundaria*, 3ª ed. melhorada, Porto, Magalhães e Moniz Editores, 1895, onde o episódio da resistência de Viriato é brevemente referido nas pp. 6-9, sendo também assinalada a resistência sertoriana e os episódios posteriores, relacionados com o governo de César na Ulterior, pp. 9-11; na de CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, *História de Portugal sumariada para uso do povo e das escolas*, 5ª ed. aumentada e melhorada, Lisboa, Livraria Ferreira, 1913, onde Viriato é, uma vez mais, apenas brevemente mencionado nas pp. 25-26; o mesmo se podendo dizer das de FORTUNATO DE ALMEIDA, *Curso de História de Portugal*, 6ª ed., Coimbra, ed. do autor, 1919, pp. 10-12; de CHAGAS FRANCO, *Lições de História de Portugal*, Lisboa, Livraria Francisco Franco, s/d (aprovado em 1932), pp. 7-8; de EDUARDO CRUZ, *História Pátria, para o curso das Escolas comerciais de harmonia com o programa oficial*, Porto, Livraria Simões Lopes, 1941, pp. 6-7; de ARSÉNIO MASCARENHAS, *História de Portugal, Edição Ilustrada, Remodelada e Ampliada de harmonia com os princípios de orientação educativa do Estado Novo por JOÃO AFONSO DE MIRANDA*, Lisboa, Livraria Pacheco, 1944, onde explicitamente se nega qualquer identidade entre portugueses e lusitanos (p. 3); de ANTÓNIO GONÇALVES MATTOSO, *Compêndio de História de Portugal, aprovado como livro único para o 6º ano dos liceus*, 10ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1947, que menciona brevemente Viriato, mas não fala dos «Montes Hermínios» (p. 18); na de ANTÓNIO

Tal facto não impediu que Leite de Vasconcelos, assumindo explicitamente a crítica à tese de Herculano, proclamasse a ligação entre portugueses e lusitanos²⁰. Convém notar, porém, que a publicação desta obra, integrada nas comemorações do quarto centenário da descoberta do caminho marítimo para a Índia, ocorre numa época particularmente conturbada, com o espectro do *ultimatum* ainda pairando, com grande instabilidade nas colónias, numa época de contínua celebração de «centenários» e pouco depois da reforma do ensino promovida por Jaime Moniz (1895)²¹ — resumindo, numa época de crescente afirmação nacionalista... O carácter nacionalista de boa parte da bibliografia consagrada ao chefe lusitano foi, aliás, recentemente sublinhada por José Manuel Garcia²².

Curiosamente, o principal contributo para o «altar» da liturgia de Viriato foi oferecido pelo alemão Adolf Schulten, o grande investigador das antiguidades hispânicas, numa célebre biografia, vertida para português em 1927, numa época em que se levantavam vozes na vizinha Espanha, reclamando a herança do herói da resistência lusitana. O propósito do professor de Erlanger é claramente definido quando apresenta Viriato ao lado de Armínio, Vercingetorix, Tacfarinas e Decébalos, «(...) grandes heróis bárbaros e populares que reuniram as forças dispersas da sua nação para o combate pela independência (...) visto tratar-se da mais bela e nobre luta: a defesa da pátria ameaçada pelo dominador estrangeiro.»²³. Para lá das virtudes da biografia de Schulten, importante por reunir e comentar, nem sempre da melhor forma, é certo, o conjunto das fontes clássicas que se reportam à Guerra Lusitana de meados do séc. II a.C., deve sublinhar-se que as notas dominantes são o carácter marcadamente apologético, a falta de rigor de boa parte das afirmações produzidas,

MAGALHÃES MATEUS, *História de Portugal para uso dos alunos das escolas pri-márias*, Coimbra, Atlântida, 1950, com breve menção nas pp. 6-7, começando aqui a introduzir-se lentamente a noção de identidade entre lusitanos e portugueses, «Nós, os portugueses de hoje, ainda somos conhecidos por Lusitanos por termos a nossa origem naquele valoroso povo» (p. 6); e na de JANEIRO ACABADO, *História de Portugal — 4ª classe e exame de admissão aos liceus e escolas técnicas*, 6ª ed., Lisboa, Gomes e Rodrigues, 1956(?), com breves referências nas pp. 11-13.

Refira-se que, no ensino da História de Portugal, a figura de Viriato e a resistência dos lusitanos constituíam temas particularmente tratados no Ensino Primário e resulta interessante observar a transformação do seu tratamento nos diferentes programas, sendo notório o peso crescente que lhe é conferido nos inícios da década de 60, para desaparecer, depois, no final dessa década.

²⁰ A tese de Herculano seria refutada por LEITE DE VASCONCELOS na *Introdução Geral a Religiões da Lusitânia, na parte que principalmente se refere a Portugal*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, pp. xxv-xxvii.

²¹ SÉRGIO CAMPOS MATOS, *História, Mitologia, Imaginário Nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, *passim* e para a reforma de Jaime Moniz as pp. 25-26.

²² JOSÉ M. GARCIA, *Viriato: Uma realidade entre o mito e a história*, «Prelo», 9, Out.-Dez. de 1985, pp. 59-70, apesar do título do artigo, o autor aborda sobretudo o mito e não a história.

²³ ADOLF SCHULTEN, *Viriato*, 2ª ed., Porto, Livraria Civilização, 1940, p. 22.

designadamente a que atribui à serra da Estrela o lugar de nascimento de Viriato e o rosário de expressões espantosamente impressionistas²⁴. A. Mendes Corrêa, prefaciador da edição portuguesa, não deixa de salientar a oportunidade da mesma, que devolvia definitivamente Viriato aos portugueses²⁵. Anos depois, como que sublinhando definitivamente este processo de apropriação, a brigada de portugueses que combateu na Guerra Civil de Espanha, ao lado das tropas franquistas, adoptou justamente a designação de «Viriatos».

Com a aproximação das comemorações do duplo centenário verifica-se um novo impulso na exaltação do chefe lusitano. A principal «fonte» utilizada é, naturalmente, a biografia de Schulten e o carácter de chefe personalizado, solitário, providencial e as suas humildes origens, constantemente sublinhados, evocam o perfil do chefe carismático do Estado Novo, também ele nascido nas proximidades dos «Montes Hermínios». De entre a bibliografia da época, dois pequenos textos merecem a nossa atenção: o de Alfredo Athayde, tradutor do *Viriato* de Schulten, em conferência proferida na Sociedade de Geografia²⁶, e o de J. Lopes Dias, para o discurso lido na inauguração da estátua de Viriato em Viseu, em 1940²⁷.

No primeiro, um texto que pretende criticar as versões fantasistas produzidas em torno do chefe lusitano desde a tradição humanista. Athayde, transcrevendo a «vulgata» do professor de Erlanger e no meio dos mais altos encómios, produz algumas afirmações notáveis, designadamente sobre a Lusitânia: «(...) era delimitada a sul pelo Guadiana e a norte pelo Minho»²⁸; não esquecendo de verberar os que negam a origem portuguesa do herói: «(...) embora tentem dar outra Pátria a Viriato, embora queiram deslocar o teatro das suas façanhas para outros sítios, o momento e

²⁴ Anote-se, apenas a título de exemplo: «Viriato é oriundo da lusitânia ocidental, que confina com o oceano (Diodoro, 33,1), e verdadeiramente da montanha. A sua pátria era por certo a serra da Estrêla (...) que domina a região entre o Tejo e o Douro, a Lusitânia propriamente dita (...) Hoje mesmo habita ali, no meio de privações e na solidão, uma população livre e selvagem, com os seus rebanhos de ovelhas e de cabras (...) Em épocas posteriores também os montes lusitanos deram grandes generais; dos Vetões da Extremadura descende uma série de férreos guerreiros à frente dos quais figuram Cortez e Pizarro.» A. SCHULTEN, *ob. cit.*, pp. 37-40; «(...) o nome e fama do herói tornaram-se propriedade da nação portuguesa», *Id.*, p.76; ou ainda, «Notável par! (Viriato e Sertório) (...) lançam as raízes da nacionalidade ibérica; ambos desenvolveram ao máximo efeito as qualidades desta; ambos encailharam nas piores qualidades hispânicas, principalmente a falta de energia e de disciplina.» *Id.*, p. 84.

²⁵ «A publicação, numa tradução portuguesa, do seu trabalho (de Schulten) sobre o herói da independência lusa não só é interessante e oportuna como também representa (...) um acto de pura devoção nacionalista, lembremo-nos de que há muito existia já uma versão castelhana deste livro. Não nos ficava bem a falta de uma versão portuguesa.» A: MENDES CORRÊA, *Prefácio* A. SCHULTEN, *ob. cit.*, 12 pp. não numeradas, a citação foi retirada da 11ª.

²⁶ ALFREDO ATHAYDE, *Viriato na realidade histórica e na ficção literária*, separata de revista «Prisma», Porto, Imprensa Moderna, 1937.

²⁷ J. LOPES DIAS, *Viriato herói e pioneiro da independência*, s/l, Ed. Império, 1953.

²⁸ A. ATHAYDE, *ob. cit.*, p. 5.

o modo como ele surgiu do seio do povo para o salvar demonstram que ele era sem dúvida um português»²⁹.

Lopes Dias, no discurso de inauguração do monumento de Viseu, da autoria do escultor Mariano Benlliure, exalta a figura de «herói nacional» de Viriato e associa este acto às comemorações do duplo centenário. Como não poderia deixar de ser, centra o seu discurso na refutação da tese de Herculano e remata com a exaltação nacionalista: «(...) ajoelhados nos degraus deste verdadeiro altar da Pátria e curvados respeitosa e ante a figura gigantesca do herói, tiremos da sua vida o estímulo e exemplo para amarmos e querermos, cada vez mais, às nossas queridas Beiras, e servir-mos com dignidade e nobreza (...) o nosso querido Portugal: livre, independente e imortal»³⁰. É certo que ambos autores não são reputados historiadores. Todavia, a esta retórica inflamada, exaltadamente nacionalista e desprovida de qualquer rigor, a investigação científica dizia... nada.

Apesar das dificuldades suscitadas pela adopção de Viriato como remoto herói de uma nação que ainda o não era, a tentação de usar uma figura com a sua dimensão, já substancialmente mitificada, como vimos, pela historiografia helenística, era demasiadamente grande, principalmente se considerarmos que se reportava a uma época em que, pela natureza das fontes disponíveis, pouco mais consentia ao historiador que a seca enumeração de eventos militares — note-se que Schulten trata longamente os aspectos estratégicos da guerrilha de Viriato e que boa parte da bibliografia moderna consagrada ao caudilho lusitano se deve justamente a militares³¹ — ou algumas coloridas descrições genéricas de carácter etnográfico.

Um outro problema, ainda, torna difícil a «gestão» da memória de Viriato e dos lusitanos. De facto, os portugueses são, naturalmente, parte integrante da «Civilização Ocidental», herdeira natural do legado de Roma; por isso, como se poderia conciliar tal visão com a exaltação de um ilustre opositor à expansão dessa civilização, particularmente nos ensinamentos primário e secundário?...

Esta contradição de base, entre a exaltação de um herói nacionalista e o reconhecimento dos significativos progressos operados pela romanização, está patente, de facto, em todos os manuais e programas escolares que tratam o tema, sendo subtilmente ultrapassada pela decomposição da abordagem em dois capítulos distintos: por um lado, a resistência à conquista romana; por outro, as realizações materiais e espirituais do processo de romanização.

A contradição só se torna efectivamente difícil de gerir quando o paralelismo entre os acontecimentos do século II a.C. e os da década de 60 a 70 do nosso século se tornam por demais evidentes. Também em África se chocava um exército imperial com uma guerrilha nacionalista, mau-grado os esforços do regime para apresentar o conflito como o choque entre «agitadores estrangeiros» e defensores de uma «pátria

²⁹ *Id.*, pp. 30-31.

³⁰ J. LOPES DIAS, *ob. cit.*, p. 14.

³¹ J. M. GARCIA, *ob. cit.*, pp. 64-66 e 69.

pluri-continental e multi-racial»³². Provavelmente, à possibilidade de evocar este incómodo paralelo se terá devido, em boa parte, o progressivo apagamento da figura de Viriato. Refira-se, contudo, que outros factores terão pesado: a evolução da historiografia, por um lado, conduzia ao abandono de uma visão heróica do passado, o que, aliada a uma ampla divulgação das teses de Orlando Ribeiro³³, caucionava o «abandono» dos lusitanos como antepassados dos modernos portugueses e, consequentemente, esbatia o efeito de exemplo moral e ético do rude pastor lusitano, que naturalmente se vai apagando dos compêndios; por outro lado, a evolução das perspectivas pedagógicas para o ensino básico conduziu à progressiva redução do espaço concedido à História, que, na reforma de 1974, fica reduzida à transmissão de algumas noções básicas, somente na 4ª Classe. É curioso notar, porém, que o programa de História do Ensino Primário, que privilegiava o estudo das personalidades, desde 1960, começando precisamente com Viriato, suprime a referência ao lusitano a partir de 1968³⁴.

6. Epílogo

Com a expansão das perspectivas da *Nouvelle Histoire* e o progressivo abandono desse ameno ancoradouro da criatividade literária dos historiadores que o

³² Como não poderia deixar de ser, esta contradição e as dificuldades de leitura que suscita emergem claramente no filme *Non* de Manoel de Oliveira (v. «Dossier», in: *Penélope*, 6, 1991, pp. 171-175).

³³ Orlando Ribeiro, o autor que modernamente mais se tem ocupado das questões relativas ao processo de constituição do nosso país como entidade política autónoma, adopta e enriquece com novas reflexões a tese de Herculano e trata crítica e exaustivamente outras teses, particularmente as que defendiam o determinismo geográfico e as que buscavam nos lusitanos ou em outras pretensas realidades culturais, políticas e administrativas longínquas prefigurações do Estado português — v. *Introduções Geográficas à História de Portugal. Estudo Crítico*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1977 e a colectânea intitulada *A Formação de Portugal*, Lisboa, IALP, 1987.

³⁴ O programa do Ensino Primário de 1960 estabelecia um desenvolvimento idêntico para as 3ª e 4ª Classes. Começava nos lusitanos e em Viriato, referia brevemente a romanização da Península Ibérica, com particular realce para a cristianização — no que seguia uma antiga tradição do ensino português, que remonta aos manuais do século XIX —, tratava seguidamente a figura de Egas Moniz e muitas outras, por ordem cronológica, terminando no capítulo «A Unidade Portuguesa no Mundo de Hoje — Muitas Raças uma só Nação», onde se destacavam as personalidades de D. Aleixo Corte-Real e Aniceto do Rosário, *Programa do Ensino Primário, Aprovado pelo Decreto-Lei nº 42 994*, publicado no «Diário do Governo» nº 125, 1ª série, de 28 de Maio de 1960. No *Programa do Ciclo Elementar do Ensino Primário estabelecido pela Portaria nº 23 485, de 16 de Julho de 1968*, editado em brochura pela Porto Editora, s/d (1968), para além das diferenças de índole pedagógica, expressas na adopção do método regressivo no ensino da História, a aplicar na 3ª Classe, a História de Portugal, destinada apenas à 4ª, inicia-se com «Egas Moniz — o Educador do Rei», mantendo-se inalterado até aos «Heróis do Portugal de Hoje — Muitas Raças uma só Nação», onde, de novo, D. Aleixo e Aniceto são as personagens eleitas. Nem uma palavra é dita sobre os tradicionais «antecedentes» e Viriato está totalmente excluído...

género biográfico consentia, a atenção dos investigadores centrou-se particularmente nos fenómenos sociais. Para esta época, o tema de eleição passou a ser o «banditismo social» lusitano, entrevisto no legado das fontes clássicas. Os investigadores espa-nhóis, desde os pioneiros trabalhos de Caro Baroja e García y Bellido até aos mais recentes contributos de Santos Yanguas, Chic García, González Román ou de Francisco Martín, têm-se debruçado particularmente sobre a questão, trazendo importantes contributos para a sua análise. A personalidade de Viriato, propriamente dita, seria tratada por H. G. Gundel³⁵, que basicamente reproduz as teses de Schulten, tratando mesmo de forma demasiado ligeira a complexa problemática dos desejos autonomistas do caudilho. Recentemente, porém, os investigadores do país vizinho estabeleceram em novos moldes, mais consentâneos com os dados fornecidos pelas fontes, o perfil do chefe lusitano, quer em obras de carácter geral³⁶ quer em artigos específicos³⁷.

No domínio da investigação científica, propriamente dita, pode dizer-se que nada de novo se avançou entre nós. J. Alarcão, nos estudos que tem consagrado ao domínio romano do actual território português, tem-se limitado a reproduzir a lição de Schulten, nos seus aspectos factológicos e o mapa de Gundel³⁸, tal como, para o enquadramento geográfico, o fez Rui Centeno³⁹ e um ou outro estudo pontual publicado sobre o tema não tem procurado acompanhar a revisão crítica que os especialistas do país vizinho têm ensaiado, o que, diga-se, é natural, atendendo ao estado em que se encontra a investigação da História Antiga entre nós.

Deste modo, o mito de Viriato sedimentou e jaz docemente adormecido, mas basicamente inalterado, nos recônditos das nossas memórias infantis...

³⁵ *Ob. cit.* nota 9.

³⁶ JAVIER DE ARCE, *Las Guerras Celtíbero-Lusitanas*, in J. M. BLAZQUEZ et alii, *Historia de España Antigua II. Hispania Romana*, 2ª ed., Madrid, Catedra, 1985, p. 98.

³⁷ L. GARCÍA MORENO, *ob. cit.* notas 5 e 10; L. PEREZ VILATELA, *ob. cit.* nota 5.

³⁸ JORGE ALARCÃO, *Portugal Romano*, Lisboa, Verbo, 1973, pp. 29-33 e fig. 3, repetido nas edições posteriores; *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins, Europa-América, 1988, pp. 18-22 e fig. 5 e *O Domínio Romano*, in: *Portugal das Origens à Romanização*, Lisboa, Presença, 1990, pp. 347-348, aqui em versão mais breve e já sem o mapa de Gundel.

³⁹ RUI CENTENO, *A Dominação Romana*, in: JOSÉ HERMANO SARAIVA (dir.) *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Alfa, 1983, pp. 151-153, reproduzindo o mapa de Gundel na p. 151 e *Viriato*, artigo do *Dicionário Ilustrado de História de Portugal*, II, Lisboa, Alfa, 1985, p. 344. Refira que já a entrada no *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por JOEL SERRÃO, da autoria de MÁRIO CARDOZO, não se afastava das visões tradicionais, 2ª ed., Lisboa, Iniciativas Editoriais, vol. IV, pp. 329-332.